

***Educação, Estado e contradições sociais,* de Paulino José Orso, Sebastião Rodrigues Gonçalves, Valci Maria Mattos (Org.).**

São Paulo: Outras Expressões, 2011.

Alessandro Rubens de Mato

Professor da rede municipal de São Paulo. Graduado em Geografia pela Universidade Ibirabuera, mestre e doutorando em educação pela Universidade Nove de Julho.

São Paulo, SP – Brasil.

alessandrorubens@hotmail.com

Educação, Estado e contradições sociais traz em suas 254 páginas dez artigos que procuram explicitar como os antagonismos de classes, na sociedade capitalista, constroem conflitos em todos os segmentos da sociedade, especialmente na educação. Esse conjunto de escritos desconstrói a suposta neutralidade do Estado e demonstra, de maneira cabal, como as classes hegemônicas mantêm seus privilégios por meio de seus aparelhos ideológicos, com destacado papel para a escola.

Mais que isso, a coletânea apresenta também uma reflexão de grande vulto sobre as organizações dos trabalhadores, indagando se as proposituras dos sindicatos e partidos são mesmo portadoras de uma contra-hegemonia ou se elas se inserem em um arcabouço teórico reformista, não mais possível nesse momento de crise estrutural do capital.

Em nosso entender, o livro tem dois eixos centrais. O primeiro analisa as contra-reformas do Estado e dos setores produtivos, bem como suas consequências na esfera educativa; já o segundo reflete sobre os impasses e possibilidades dos trabalhadores e suas organizações para combater as imposições do capital.

O leitor encontrará, por exemplo, nos manuscritos de Sônia Guariza Miranda, *A Configuração do capitalismo, a Reforma do Estado e a Educação*, uma reflexão sobre os novos modelos produtivos e o aprofundamento da precarização do trabalho, tendo como suporte o paradigma do Estado neoliberal que hiperdimensiona o conceito de mercado, ao mesmo tempo em que propaga o estado de bem estar social como causador de todos os males.

Máuri de Carvalho aprofunda o tema das reformas do Estado, refutando o ilusório discurso da cidadania, bem como desmistifica a ideia de que o Estado age para o bem de todas as classes. Pelo contrário, especial-

mente no governo atual, a burguesia toma medidas paliativas com o objetivo de arrefecer os descontentamentos e conter as ações dos movimentos sociais. De nossa parte, entendemos que o auge do artigo está na polêmica em que o autor, a partir de suas interpretações dos textos de Lenin, trava com os revisionistas que tentam ludibriar os trabalhadores com ideologias de conciliação de classe. A emancipação dos trabalhadores deve ocorrer, portanto, com independência, sem as ilusões democráticas propagandeadas pelos intelectuais burgueses.

Cabe ressaltar também, que encontraremos, no livro uma análise bem polêmica sobre a questão dos sindicatos, partidos e as contradições de classe. Fausto Arruda, escreveu seu artigo a partir, segundo ele, dos ensinamentos de Marx, Engels, Lenin, Stalin e Mao Tsé-Tung. Entendemos ser bastante divergente a ideia de incluir Stalin como alguém que possa ensinar os preceitos marxistas; entendemos que o stalinismo negou o marxismo, quando refutou o internacionalismo e utilizou o assassinato como principal método de disputa política, contudo, não negamos que Stalin faça parte da história do marxismo.

A explanação, contudo, que nos chamou bastante atenção foi a escrita por Celso Ferraz Carvalho, intitulada *O desafio da unidade dos trabalhadores frente à metamorfose do capital*. Nela o autor aponta, de maneira cabal, como as transformações no processo produtivo, ao contrário do que afirmam os propagandistas neoliberais, reduzem a formação do trabalhador na medida em que simplificam a produção. Assim, boa parte dos operários transformou-se em meros vigias das máquinas.

Diante disso, Celso Ferraz Carvalho faz, no mínimo, uma pergunta incômoda para os que comungam do discurso da sociedade do conhecimento e que propagam a democratização do ensino de maneira hipócrita. “[...] por que então o discurso dos empresários na década de 1990 enfatizou a necessidade de uma maior escolaridade e uma melhor qualificação profissional?” (2011, p. 95). O autor responde a pergunta de maneira contundente, demonstrando que essa ideologia permite a exclusão de milhares de trabalhadores. Por outro lado, a burguesia, politicamente falando, não pode sustentar outro discurso, o da exclusão; então, mantém o cinismo para permanecer com seus privilégios. Outra hipótese incômoda trabalhada no texto é a escolarização como forma de segurar um grande contin-

gente de jovens sem trabalho, ou seja, o assistencialismo excludente. Por fim, o texto desconstrói o discurso da qualidade; vale, portanto, a leitura.

Já Sebastião Rodrigues Gonçalves alerta para a importância de se conhecer profundamente as classes sociais para que nossos juízos não se restrinjam à moralidade burguesa e, nessa toada, o texto vai levantando os dilemas da identidade de classe dos professores e assinalando os limites impostos pelo capital e seus aparelhos ideológicos. Contudo, o autor aponta que as contradições fornecem as condições para que os educadores rompam com a alienação imposta e se tornem intelectuais orgânicos do proletariado. O texto é, portanto, uma tentativa de desvelar as máscaras sociais, principalmente para os educadores que tencionam superar a sociedade capitalista. Para esses, vale a pena ter acesso ao texto na íntegra.

Um artigo de grande vulto e talvez o mais complexo é o de João dos Reis Silva Junior, intitulado *Cultura escolar e o lugar da prática do professor*. Nele os leitores encontrarão uma excelente e didática exposição sobre a natureza institucional da escola. Para isso, o autor estabelece diálogo crítico com a obra de John Locke e de Gyorgy Lukács, apresentando de maneira profunda conceitos de Estado, prática escolar, prática social, pacto social e organização escolar. Além disso, o texto desconstrói os princípios que norteiam as pedagogias do Banco Mundial, especialmente a propagada pelos intelectuais que têm como referência as agências multilaterais, como é o caso de Jacques Delors.

Já Silvana Aparecida de Souza vai demonstrar os limites dessa modalidade de ensino a distância tão publicizada pelos repetidores de plantão do Banco Mundial. A autora vai mostrar quão antidemocrática se apresenta essa proposta no momento, explicitando, de forma peremptória, como a formação aligeirada dos professores é prejudicial para a educação da classe trabalhadora.

É interessante relacionar os artigos com o debate feito por Ângela Maria Hidalgo que reflete sobre os debates promovidos pelas agências multilaterais, especialmente os promovidos pela Unesco. Demonstrando as similitudes com as políticas educacionais brasileiras. Por outro lado tece uma crítica ao documento escrito na Conferência Nacional de Educação (Conae) de 2010. Para ela, o documento é idealista e destituído de propostas efetivas para a resolução de questões importantes da educação no Brasil, tanto no que diz respeito aos princípios curriculares, como nos de gestão.

Por fim, de maneiras diferentes, porém com o mesmo objetivo de combater as ideologias apologistas do fim da história, Paulino José Orso e Elemar do Nascimento Cezimbra explicam a urgência da construção de uma nova sociedade, que supere o atual modo de produção que leva milhares de homens e mulheres da classe trabalhadora a uma situação de penúria.

O livro é, portanto, uma oportunidade para aqueles que não se conformam com as desigualdades impostas pelas classes dominantes, de entender os mecanismos de dominação do capital, especialmente os que se expressam na esfera educativa. A nosso ver, homens e mulheres que lutam por uma educação que atenda aos interesses dos trabalhadores podem e devem utilizar esses textos como uma relevante arma contra os que querem perpetuar o hiato que separa, de maneira destrutiva, as benesses de uns poucos em detrimento da penúria da maioria.

